



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROJETO

FOLHA

ASS

10
MP

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº. 33/2026.

Da autoria da Vereadora Maria Angela Laurito de Moraes, que pretende autorização Legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Institui a organização e regulamentação do uso de espaços públicos para estacionamento de bicicletas no município de São Sebastião e dá outras providências.”**

Conforme a justificativa apresentada, a proposição decorre do crescimento significativo do uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, econômico e acessível, tanto por moradores quanto por visitantes. Destaca-se a ausência de ordenamento adequado para o estacionamento desses veículos, o que tem ocasionado a utilização indevida de estruturas urbanas, comprometendo a mobilidade e a acessibilidade nos espaços públicos.

O projeto possui caráter orientador e organizador, buscando conciliar o incentivo ao uso da bicicleta com a necessidade de garantir segurança, acessibilidade e organização urbana. Ressalta-se, ainda, que a proposta não gera impacto financeiro relevante ao erário, prevendo medidas baseadas na responsabilidade compartilhada e parcerias com a iniciativa privada.

Com relação ao parecer jurídico legislativo apresentado nesta Casa de Leis, o procurador declarou que a iniciativa encontra respaldo na competência legislativa municipal para tratar de assuntos de interesse local, especialmente no que se refere à organização do espaço urbano e mobilidade. Entretanto, o parecer técnico apontou a existência de dispositivos com caráter meramente autorizativo, com ênfase na inconstitucionalidade dos artigos 6º e 8º.

Esta Comissão de Justiça e Redação, acompanhando o entendimento da Procuradoria Jurídica, reconhece que o projeto de lei em análise atende aos requisitos de competência legislativa, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, bem como dos dispositivos pertinentes da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

Não se verifica vício de iniciativa, tampouco invasão de competência do Poder Executivo, uma vez que a matéria versa sobre interesse local e organização do espaço público.

Todavia, assiste razão ao parecer jurídico ao apontar a inconstitucionalidade de dispositivos que apresentam caráter autorizativo, especialmente os artigos 6º e 8º. Assim, para que a proposição esteja plenamente adequada ao ordenamento jurídico, faz-se necessária a apresentação de emenda supressiva, a fim de excluir os artigos 6º e 8º, conforme previsto no Regimento Interno.

Com a devida adequação, o projeto torna-se juridicamente viável, atendendo aos requisitos legais e constitucionais.



